

# Líder de Collor convence Senado a adiar votação

por Marta Salomon  
de Brasília

O governo quer voltar a negociar com o Senado Federal os parâmetros para a renegociação da dívida externa, principalmente o dispositivo que proíbe pagamentos aos bancos privados até a aprovação dos acordos pelos senadores. O projeto de resolução, que seria votado ontem em "regime de urgência", foi retirado da pauta.

"Recebi ordem para convencer os senadores a adiar a votação", declarou o líder em exercício do governo, senador Ney Maranhão (PRN-PE). "Precisamos fazer uma pequena arrumação no texto", explicou. O governo está reavaliando o efeito da suspensão de pagamentos aos credores, determinada por um dos sete artigos da resolução.

"Não estou entendendo nada", reagiu o presidente da comissão de assuntos econômicos, senador Severo Gomes (PMDB-SP), que participou dos entendimentos com o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, sobre o projeto de resolução. "Aceitamos todas as imposições", afirmou Severo Gomes, favorável ao aval político do Senado à negociação da dívida externa. O senador não aceita rever a proibição de pagar os juros atrasados: "É fundamental, todos os negociadores que pagaram os atrasados se deram mal", ponderou.

O projeto de resolução que chegou ao plenário ontem já havia sido submetido ao embaixador Jório Dauster. Com pequenas inovações, o projeto reflete as diretrizes já apresentadas pelo governo aos credores e que ganhavam, assim, respaldo político formal.

A Constituição atribui ao Senado a competência para aprovar os acordos externos e fixar as condições para esse aval. O projeto de resolução negociado por Dauster e lideranças partidárias estabelece que: 1) os pagamentos estão limitados ao superávit do orçamento, excluídos do cálculo da "capacidade de paga-

mento" os recursos obtidos com a venda de estatais e os investimentos necessários ao crescimento econômico; 2) garantia das reservas internacionais mínimas correspondentes a 4 meses de importação; 3) deságio prévio na conversão da dívida em ações de empresas em privatização; 4) proibição de pagamentos aos credores até que os acordos sejam aprovados pelo Senado.

O líder em exercício do governo negou a possibilidade de recuso na negociação da dívida externa, mas recusou detalhes das mudanças que a área econômica pretende fazer no projeto de resolução.

O senador Ney Maranhão calcula que o projeto de resolução será votado pelo plenário até o dia 21 de novembro.